

EXPANSÃO MERCANTILIZADA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

Autor: ¹Joaquim Eduardo Ferreira de Castro; **Co-autora:** ²Antonia do Nascimento Souza; **Co-autor:** ³Emerson da Silva Oliveira; ⁴Alisson Slider do Nascimento de Paula

¹Educação Física, CCS, UVA; E-mail: joaquimferreira9613@gmail.com

²Educação Física, CCS, UVA; E-mail: antonianascimentosouzaa@gmail.com

³Educação Física, CCS, UVA; E-mail: emersonsilveirapst@gmail.com

⁴Educação Física, CCS, UVA; E-mail: alisson_slider@uvanet.br

Introdução

O exame da expansão privado/mercantil da educação superior brasileira doravante influências do processo de mundialização do capital se trata de uma complexa tarefa a ser enfrentada pelos pesquisadores da educação superior. Ainda que o tema do empresariamento da educação superior tenha uma vasta gama de resultados de pesquisa, contudo, com as novas configurações globais e locais, é essencial investigar a forma funcional de o capital se expressar a partir da mercadorização da educação, considerando a venda de serviços educacionais, a diferenciação institucional, dos cursos e das fontes de manutenção, a certificação em larga escala, a expansão privado-mercantil e concentração de matrículas, as fusões e aquisições de Instituições Privadas de Educação Superior (IPES) por *holdings* educacionais, da racionalidade gerencialista que permeia o quadro da gestão, da avaliação deste nível de ensino, além da influência direta do estado como auxiliar dessas expansão. Todavia, o novo cenário denota para uma nova forma de explorar a educação superior como nicho de mercado, visto que os olhares são lançados para privatização das instituições públicas a partir de participação de fundos de investimento, arrefecimento nos investimentos públicos e no empresariamento da produção do conhecimento (SILVA JÚNIOR, 2017).

Nessa acepção, o presente trabalho objetiva analisar o padrão de expansão privado/mercantil da educação superior brasileira, no que tange a penetração de Fundos de Investimentos nacionais e transnacionais, bem como o processo de oligopolização de grandes empresas educacionais e sua grande concentração de matrículas discentes, além do auxílio que determinados mandatos e o estado como um todo deliberam pra essa expansão.

Metodologia

Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa, pois em geral “correspondem a concepções ontológicas e gnosiológicas específicas, de compreender e analisar a realidade” (TRIVIÑOS, 2012, p. 117). A pesquisa se desdobrará em duas naturezas: bibliográfica e documental. A primeira em função de possibilitar ao investigador “a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...] essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço” (GIL, 2010, p. 30). A segunda, por seu turno, “vale-se de toda a sorte de documentos, elaborados com finalidade diversas tais como, assentamento, autorização, comunicação etc.” (GIL, 2010, p. 30).

Nesse sentido, a análise bibliográfica será ampla, contudo, há autores que já possuem estudos acerca do objeto aqui delimitado. A seleção dos artigos científicos ocorreu nas bases de dados: Scielo, Lilacs e Redalyc. O marco temporal utilizado como critério de inclusão foram os últimos dez anos, isto é, de 2015 a 2025. Com efeito, todos os textos selecionados foram de domínio público.

No que se refere à análise documental, esta é fundamental em nossa pesquisa. Analisaremos documentos (leis, decretos, relatórios técnicos, Censo da Educação Superior, dentre outros), para obter aproximações concretas com o movimento de mercadorização da educação superior brasileira afinado com o modo de acumulação financeirizado do capital (CHESNAIS, 1998).

Utilizaremos na investigação, o materialismo histórico-dialético, por compreender que este é um método científico que se propõe a analisar criticamente o regime social capitalista visando transformá-lo.

Resultados e discussão

O setor financeiro criou uma complexa teia de processos de privatização da educação superior. No Brasil esse processo está alinhado às orientações das agências internacionais, bem como à sua particularidade capitalista, ou seja, de caráter dependente. A particularidade da periferia capitalista reverbera na subalternização do Estado nacional às nações centrais, podendo ser classificado, no assunto em tela, como imperialismo acadêmico ou neocolonialismo acadêmico. De todo modo, com o movimento da transnacionalização financeira, inserção de fundos de investimento, fundos de pensão, bancos e outros entes privados e sua parceria com o Estado, a educação sofreu um processo de mercantilização.

A partir da década de 1980, as reformas que os Estados nacionais empreenderam buscaram a retomada da expansão capitalista, mormente sua rentabilidade financeira, visto que a eclosão da crise da dívida afetou diretamente os países latino-americanos (BARRETO; LEHER, 2008). Em acréscimo, esse processo implicou maior concentração de riqueza, retração do papel do Estado na garantia de direitos e sua consequente maior vinculação com o mercado. Com a maior conexão da esfera público-estatal com o mercado, diversas políticas foram criadas para dilacerar as fronteiras entre o público e o privado, contudo essas políticas não surgiram do nada, sem nenhum tipo de inspiração. Tais políticas estavam situadas fundamentadas nas orientações do capital financeiro, calcadas na lógica da globalização. Ball (2001) de modo magistral explicita a lógica da criação de políticas com base no fenômeno da globalização. Algumas dessas políticas surgiram advindas das recomendações de instituições internacionais, como o Banco Mundial (BM) e a pressão dos empresários educacionais que “construíram redes de cooperação dentro dos espaços políticos para apresentar proposições, formar grupos de pressão ativos e articular, junto às bancadas dos partidos, no Congresso Nacional e nos bastidores do poder, a aprovação de seus projetos.”(SANTOS; CHAVES, 2020, p. 2). As que são aprovadas e difundidas são mascaradas com o papel de auxiliar classes socialmente afetadas e desfavorecidas, no entanto servem como uma forma de investimento rentável e sem risco, de acordo Almeida (2019) destaca que, desde 2000, a International Finance Corporation (IFC) – braço financeiro do Banco Mundial – tem investido centenas de milhões, por meio de empréstimos e/ou compra de ações, em diversas instituições educacionais brasileiras, quais sejam: Ideal Invest, Estácio Participações S. A., Ser Educacional, Anhanguera Educacional Participações S. A. e Fundo de Educação para o Brasil. Nota-se que a IFC é sócia de alguns dos grupos educacionais mais lucrativos. “Tais interesses financeiros se dão porque O setor educacional, hoje, é um mercado bilionário, altamente rentável e quase sem risco, já que é sustentado pelos recursos governamentais – independentemente do partido no poder” (ALMEIDA, 2019, p. 21).

Nesse sentido, sob influências de diretrizes globais para as políticas educacionais, uma miríade de políticas foi lançada para fortalecer o setor dos empresários da educação superior. Programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), instituído pela Lei nº 10.261/01, alterada pela Lei nº 13.530/17; o Programa Universidade para Todos (ProUni), pela Lei nº 11.096/05; as parcerias público-privadas, pela Lei nº 11.079/04; além do respaldo da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e seus regulamentadores, os Decretos nº 2.207 e nº 2.360 de 1997, que tornam possível a existências de IPES com fins lucrativos, possibilitaram o exponencial crescimento da educação superior privada/mercantil no Brasil. Essas políticas tiveram um destaque relevante nos governos mais progressistas governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014), Durante esses mandatos ocorreu um aumento significativo no número de matrículas nas IPES em comparação com a rede pública de ensino, ao decorrer das matrículas não se tinha a contratação necessária de docentes, sobrecarregando os profissionais e entregando um ensino de qualidade inferior. Um grande impulsionador durante o mandato de Lula da Silva para a adesão do FIES: “a flexibilização da legislação em 2010. Como resultado, houve

uma explosão no número de financiamentos concedidos. A falta de critérios estabelecidos, os juros reais negativos e as várias estratégias de marketing empregadas pelas IES impactam no crescimento vertiginoso de estudantes que contrataram o Fies e contribuíram, inclusive, para o aumento nos valores das mensalidades. As entrelinhas dessa relação público-privada foram questionadas, uma vez que as IES parceiras do programa se valeram da falta de critérios para lucrarem de maneira desmedida. Em 2015, o governo instituiu uma série de mudanças restritivas nas regras do programa. As ‘parcerias são outro aspecto de indefinição entre setores, bem como uma oportunidade de lucro’ (BALL, 2014, p. 162).” (SANTOS; CHAVES, 2020, p. 5). Com essa facilitação de recurso foi possível “Esse processo tem contribuído para a formação de Universidades gigantes, reduzindo-se a expansão do número de IES (de 2010 a 2012 foram criadas apenas 12 novas IES no setor privado) sem, no entanto, reduzir o número de matrículas, cuja expansão, no período, apresentou o percentual 86,2%, enquanto no setor público, mesmo com a expansão público, mesmo com a expansão no número de IES, o aumento das no número de IES, o aumento das matrículas foi inferior (61,3%)” (CHAVES, 2015, p. 431). com esse número de aquisições de grandes grupos o ramo educacional se torna um monopólio, com esse monopólio essas empresas tem a liberdade para promover educação de baixa qualidade e alta rentabilidade.

A educação superior no Brasil vivencia metamorfoses advindas das orientações das agências internacionais, sobretudo do Banco Mundial, que ao decorrer do tempo elaboram normas ou cartilhas de como os países de terceiro mundo devem se comportar com certos investimentos. Esse processo engendrou implicações que evidenciam a predominância do setor privado nesse nível de ensino, bem como a prevalência da oferta de cursos superiores de formação profissional das ciências duras em comparação com os das ciências humanas.

Esse processo está articulado com a ascensão da economia do conhecimento, que prioriza a produção de conhecimentos fechados e exatos e sua alta capacidade de comercialização, por meio do sistema de patenteamento. Em contrapartida, os cursos de ciências humanas têm dificuldade de fechar suas conclusões acerca dos objetos em análise em função de os complexos sociais não serem fechados e estarem em contínuo movimento, atrapalhando sua inserção no sistema de patentes. Ainda, a própria lógica do mercado condiciona esse panorama, com as alterações nos postos de emprego, que resultam em modificações na oferta de cursos por parte das IPES, além de atender a um interesse advindo dos empresários dos setores industriais e de serviços.

Conclusões

O panorama que se apresenta no Brasil corresponde à tendência expansiva do capital financeirizado, tendo-se em evidência a capacidade de monopólio de grandes conglomerados, além da deturpação das necessidades sociais com a finalidade de auxiliar/ promover o capitalista do ramo educacional. Nessa perspectiva os bens públicos são transformados em mercadorias. A expansão e hegemonia, no tocante a quantidade, das IPES evidencia o processo de mercantilização da educação superior, logo, em grande parte das IPES não há a preocupação com a realização de atividades acadêmicas fundamentais para a produção de ciência – a pesquisa e a extensão –, centrando a formação na graduação apenas no ensino e contribuindo para o aligeiramento dos cursos de graduação. Este fenômeno é impulsionado também pelo uso indiscriminado e mercantil da educação a distância – EaD, que tornou-se exequível a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 e do arcabouço jurídico-político constituído a partir dos anos 1990.

Constatou-se que o empresariamento da educação implicará na perda de sua função pública, bem como a incorporação da função empreendedora do professor, porquanto terá que buscar recursos privados para financiar suas pesquisas, assim como a venda dos produtos decorrentes delas. A educação superior localizada no cenário de mundialização do capital, hegemonizado pelo rentismo, é concebida como mercadoria a ser comercializada no mercado educacional. Esse processo tem especificidades em função do Brasil ocupar posição dependente dentro do metabolismo global do capital. A lógica da mercadoria que é transplantada na educação superior é de mercantilização, ou seja, de matéria-prima, com baixo valor agregado e importadora de conhecimentos produzidos nos países centrais.

Palavras-Chave: Educação superior, mercantilização, conglomerados educacionais.

Referências Bibliográficas

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002.

PAULA, Alisson Slider do Nascimento de; COSTA, Frederico Jorge Ferreira; LIMA, Kátia Regina Rodrigues. Diretrizes globais para o capitalismo acadêmico brasileiro dependente: a busca pela construção da World Class University. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 2, janeiro de 2020.

PAULA, Alisson Slider do Nascimento de; COSTA, Frederico Jorge Ferreira; LIMA, Kátia Regina Rodrigues; XAVIER, Maria Valonia da Silva. A privatização da educação superior brasileira e as novas/velhas teses do Banco Mundial. **Universidade e Sociedade**, n. 62, p. 62-75, [s.d.].

REGO, Juliana do Nascimento Moraes; OLIVEIRA, Bruno Luciano Carneiro Alves de. Legislações do ensino superior e a privatização da educação no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 22, 2024.

SANTOS, Aline Veiga dos; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Influência de atores privados no fortalecimento da privatização da educação superior brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e241276, 2020.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 427-441, maio/ago. 2015.